

**Parecer nº 170/98**

Data: 1998.12.09

Processo nº 477

**Reclamante:** Maria Irene Lopes

**Entidade reclamada:** Câmara Municipal de Arganil

**I - O Pedido**

Maria Irene Lopes enviou a esta Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos (CADA) um requerimento, recebido em 98.10.30, nos termos do qual vem reclamar, ao abrigo da Lei nº 65/93, de 26 de Agosto - Lei de Acesso aos Documentos Administrativos (LADA), por não ter obtido resposta a um pedido, apresentado na Câmara Municipal de Arganil (CMA) em 98.09.15 e dirigido ao seu Presidente, para acesso a documentos administrativos.

Na referida data de 98.10.30 ainda não tinha decorrido o prazo de 35 dias úteis para o pedido de acesso aos documentos se considerar indeferido tacitamente, pelo que o presente processo ficou aguardando nova comunicação da reclamante que, para o efeito notificada, veio por carta de 98.11.16, recebida em 98.11.18, comunicar que se mantinha a falta de resposta da CMA.

A reclamante solicitou à entidade requerida certidões ou fotocópias autenticadas dos seguintes documentos constantes do Processo de Obras nº 120/94, de terceiro (alegando a qualidade de comproprietária do prédio contíguo, de cuja artigo matricial faz parte o espaço posterior ao prédio desse terceiro):

A) Alçado posterior: quer o projecto inicialmente apresentado quer o que acompanhou projecto de alterações, ambos com indicação das respectivas datas tanto de entrada nos serviços como de aprovação;

- B) Parecer dos serviços técnicos sobre o projecto de alterações, designadamente o que incidiu sobre o quarto piso proposto e no qual se opinava que este enfermava de excesso de volumetria.

Nesse requerimento de 98.09.15 também solicitou à CMA informações sobre:

- C) Se o terceiro apresentara: certidão matricial do seu prédio, fotografia prévia dos locais que pretendia alterar e certidão comprovativa de o terreno posterior à sua propriedade lhe pertencer;
- D) Qual a duração da licença de obra concedida ao terceiro;
- E) Se a CMA aplicou alguma penalidade a esse terceiro por realização de obras fora do prazo da licença ou não autorizadas;
- F) Quantas chaminés deverá possuir o prédio;
- G) Datas em que esteve fixado, nesse prédio do terceiro, o aviso de que havia processo de obras a ser apreciado e ainda não aprovado.

Solicitou ainda à CMA, no mesmo requerimento, informações sobre:

- H) Se o referido espaço posterior ao prédio do terceiro foi declarado público ou se a CMA possui título de propriedade desse terreno;
- I) Se esse prédio do terceiro se encontra edificado de acordo com o projecto aprovado;
- J) Se foram respeitados os intervalos entre as janelas e varanda desse prédio e as janelas e terraço do da ora reclamante, tendo em conta que estas existem e dão para o referido terreno há muitos anos.

## **II - O Direito**

O regime jurídico de acesso aos documentos administrativos visa fundamentalmente assegurar a transparência da actividade da Administração Pública.

A reclamante pretende o acesso a documentos detidos por uma entidade pública (Câmara Municipal de Arganil), que se integra no âmbito da LADA (artigo 3º).

Não estando em causa informações que possam colidir com a segurança interna ou externa, ou com o segredo de justiça (artigos 5º e 6º da LADA), não subsistem dúvidas também de que não se trata de “documento nominativo” com dados pessoais, isto é, com “informações sobre pessoa singular, identificada ou identificável, que contenham apreciações, juízos de valor ou que sejam abrangidas pela reserva da intimidade da vida privada” (artigo 4º, nº 1, alíneas b) e c), do citado diploma).

O seu artigo 7º, nº 1, dispõe que “todos têm direito à informação mediante o acesso a documentos administrativos de carácter não nominativo”.

Por outro lado, no requerimento que dirigiu à CMA a reclamante cumpriu o comando do artigo 13º da LADA identificando-se e indicando de modo suficientemente explícito os documentos de que pretende certidão ou fotocópia autenticada. Por isso, e tendo ainda em conta o disposto no nº 1 do artigo 12º da LADA, deve a CMA satisfazer esse pedido de reprodução dos documentos acima referidos sob as alíneas A) e B).

Quanto às informações também pretendidas pela ora reclamante e acima descritas nas alíneas C) a G), incidem sobre elementos constantes do referido processo de obras, que está devidamente identificado. Como se trata de documentos (reunidos em processo) administrativos e não ocorre no caso qualquer das excepções legais restritivas do respectivo acesso, devem os serviços, com base no que conste de tal

processo, passar sobre as matérias em causa certidão (ou fotocópia autenticada) ou emitir certidão por narrativa.

No caso de alguma das informações pedidas não constar do referido processo nem de outra documentação em poder da CMA e com ele relacionada, deve a entidade requerida prestar, pelos meios referidos, as informações possíveis e atestar narrativamente a inexistência de outros elementos que permitam prestar cabal informação.

A informação também pretendida pela reclamante e atrás indicada sob a alínea H), deve igualmente, com fundamento nos considerandos acima expostos, ser prestada pela CMA. Assim, a CMA deverá passar à ora reclamante certidão ou fotocópia autenticada de documento que possua atestando ser o terreno em questão do seu domínio público ou do seu domínio privado; ou emitir declaração de que nada consta nos seus arquivos sobre a matéria em questão.

Quanto à informação descrita sob a alínea I, isto é, se o prédio do terceiro se encontra edificado de acordo com o projecto aprovado, a CMA só é obrigada a prestá-la se constar do referido processo de obras qualquer documento (informação, auto, alvará, etc.) que se pronuncie sobre a matéria. Na verdade, não recai sobre a CMA o ónus de mandar vistoriar o prédio exclusivamente para poder responder à ora reclamante.

Finalmente quanto à alínea J), a resposta a estas questões implica a elaboração de um estudo factual e jurídico que conclua por uma solução de direito. Ora a não existir esse estudo, não é a CMA obrigada a elaborá-lo só para satisfazer o pedido da ora reclamante. O que a CMA deve fornecer são os elementos de facto pertinentes, ou seja, cópia das peças desenhadas e descritivas do Processo de Obra identificado que permitam, a quem os consulte, verificar e concluir se foram ou não respeitados os intervalos a que a reclamante se refere.

### **III - Conclusão**

A Comissão reconhece o direito de Maria Irene Lopes em aceder aos documentos e informações na posse da Câmara Municipal de Arganil, a que se refere o seu requerimento, nos termos seguintes:

- Certidão ou fotocópia autenticada quanto aos mencionados nas alíneas A), B);
- Certidão (ou fotocópia autenticada) ou narrativa quanto ao mencionado nas alíneas C) a G);
- Quanto ao mencionado na alínea H), certidão ou fotocópia autenticada de documento que possua atestando ser o terreno em questão do seu domínio público ou do seu domínio privado; ou declaração de que nada consta nos seus arquivos sobre a matéria em questão;
- Quanto ao mencionado sob a alínea I, certidão ou informação do que sobre a matéria conste no referido processo;
- Finalmente quanto ao mencionado na alínea J), certidão ou fotocópia autenticada dos elementos de facto pertinentes constantes do processo.

Aprovado na sessão de 9 de Dezembro de 1998.

*Castro Martins (Presidente) - José Magalhães - João Figueiredo - Francisco de Brito - José Renato Gonçalves - (Tem voto de conformidade dos Senhores Drs. Branca do Amaral e João Labescat, que não assinam por já não estarem presentes)*